

## ANALISE DA LOCALIZAÇÃO ESPACIAL DOS INVESTIMENTOS MULTINACIONAIS NO BRASIL

Augusto César Zeferino, PhD.\*

Introdução: Muitas análises têm sido feitas envolvendo as empresas multinacionais no Brasil. Todavia, aspectos locacionais, cuja importância para a compreensão do comportamento da empresa multinacional é inegável, têm sido menosprezados em função daqueles de natureza econômico-financeira.

A partir de 1970, com a intensificação da entrada das multinacionais no Brasil, o número de publicações envolvendo a análise das empresas multinacionais foi acrescido substancialmente. Todavia, é importante lembrar que aquele processo teve seu início histórico a partir do programa de desenvolvimento do governo J. Kubitscheck. MOURA (1959) e BANDEIRA (1973) formam importantes contribuições neste sentido. NEWFARMWE e MUELLER (1975) produziram importante documento para o sub-comitê das multinacionais do Senado Americano, discutindo os atributos estruturais dos componentes econômicos e não-econômicos do poder das corporações multinacionais no Brasil e México. Von DOELLINGER e CAVALCANTI (1976); EVANS (1977 e 1979); e CUNNINGHAM (1981) constituem importantes reforços analíticos no setor.

Todavia, estes estudos não se preocuparam com a questão espacial levantada no presente trabalho ou, quando o fizeram (CUNNINGHAM, por exemplo, levantou alguns questionamentos desta natureza), os questionamentos seguiram diferentes perspectivas de concepção técnico-teórica.

O presente trabalho considera, a nível de hipótese, que a empresa multinacional no país, do ponto de vista de suas relações espaciais e das consequências advindas da presença da mesma no espaço econômico brasileiro: 1) tende a produzir um padrão de localização concentrador, contribuindo para acentuar a diferenciação da renda regional no país, (evidências neste sentido foram encontradas por CUNNINGHAM, 1981; 2) os investimentos estrangeiros no país estão sofrendo mudanças acentuadas na origem geográfica dos mesmos (por exemplo, a participação do Japão passou de 1,00% em 1930 para 14,00% em 1979, enquanto a Inglaterra passou de 53,10% para 4,80% no mesmo período. Os Estados Unidos, que detinham 43,90% em 1951, tiveram sua participação diminuída para 25,60% em 1979, enquanto o Canadá, no mesmo período, também sofria decréscimo na sua participação no total dos investimentos estrangeiros no país de 30,30% para 4,000%); 3) os investimentos estrangeiros no país tendem a ocorrer de forma a reproduzir a política internacional da empresa matriz em manter o controle da parcela do mercado mundial de posse da mesma (evidência neste sentido, envolvendo investimentos americanos no exterior, foi encontrada por BALDWIN, 1979); 4) embora parte dos investimentos estrangeiros

---

\* Professor Titular do Depto. De GCN, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, BRASIL.

no país tenha assumido um padrão de localização disperso a nível nacional, os mesmo têm se localizado em áreas objeto de tratamento especial pelo governo ou em pontos de presença de insumos extremamente atrativos (por exemplo: Carajás, SUDENE, Zona Franca de Manaus, etc.).

A importância do presente trabalho pode ser avaliada pela necessidade de se conhecer, de forma sistematizada, as dimensões espaciais dos investimentos multinacionais no país. Qual a extensão espacial desta intervenção? Quais os efeitos sobre os padrões de localização da empresa nacional, pública e privada, e quais as consequências para a participação brasileira no comércio internacional? Mais especificamente, os questionamentos podem ser desdobrados da seguinte maneira:

Qual o comportamento histórico da origem geográfica dos investimentos multinacionais no país, e qual a direção espacial das aplicações destes investimentos no Brasil de acordo com a origem geográfica dos mesmos?

Qual a extensão da concentração dos investimentos estrangeiros a nível de setor industrial?

Quais os efeitos da localização dos investimentos multinacionais no Brasil sobre a geração e distribuição de emprego e suas consequências para o desenvolvimento regional?

Quais os impactos das subsidiárias brasileiras das empresas multinacionais no crescimento e na orientação geográfica das exportações brasileiras?

Quais as perspectivas de comportamento das empresas multinacionais no Brasil em termos espaciais?

O presente trabalho analisa o comportamento das “multinacionais” ligadas à atividade industrial no Brasil para poder compreender o processo de interferência dentro do total da atividade industrial (envolvendo empresas nacionais privadas e públicas, além das multinacionais) e das implicações espaciais e seus reflexos e influências no nível da disparidade interregional da oferta de emprego. Faz parte do presente trabalho a análise e o questionamento das influências desse processo no setor exportador nacional.

Especificamente, os objetivos são:

Compreender e mensurar o padrão de localização das multinacionais no país e compará-lo com o padrão observado para as empresas públicas e privadas nacionais para os mesmos ramos industriais;

Analisar a extensão da influência do padrão de distribuição geográfica das multinacionais na disparidade interregional relativa à oferta de empregos;

Analisar e dimensionar as variações na origem geográfica dos investimentos multinacionais no país, e

Verificar a participação do Brasil no mercado internacional como resultado dos investimentos multinacionais.

Tais objetivos permitirão novos níveis de compreensão e questionamento do problema, facilitando futuras propostas de investigação. Especificamente, o presente estudo analisa os seguintes aspectos:

Participação, por país de origem, dos investimentos estrangeiros no Brasil, para o período anteriormente especificado e para alguns setores específicos;  
Distribuição dos investimentos estrangeiros na manufatura, para alguns setores industriais, para os anos de 1975, 1980, 1985 e 1988\*;  
Propriedade (multinacional, privada nacional e pública) das firmas para alguns setores industriais e para os anos acima;  
Localização, por estado e por região, das empresas multinacionais, privadas e públicas para alguns setores industriais;  
Emprego gerado pelos investimentos multinacionais;  
Exportação e importação brasileiras para determinados anos e relação com a origem geográfica dos investimentos externos no país.

Metodologia Utilizada: Os dados para o presente estudo foram extraídos de diversas fontes. Todavia, a base principal das informações foi a revista “Quem é Quem”, para os anos de 1975, 1980, 1985 e 1988.

A análise foi feita para os três diferentes tipos de natureza jurídica: a) privada nacional; b) pública nacional e seguintes variáveis: número de empregados, faturamento, patrimônio líquido, para 1975. de 1980 em diante, fez-se ainda análises também para o endividamento e investimentos de capital<sup>#</sup>.

A participação de cada estado e região do país no número total de investimentos e número de empregados para os diversos anos, foi calculada para cada uma das três categorias de natureza jurídica.

Para o patrimônio líquido foi dada a participação por natureza jurídica e por setor produtivo, especificamente; metal, mecânico, elétrico, plástico, transportes, químico, petroquímico e farmacêutico.

Os investimentos de capital foram determinados para todos os setores produtivos e por país de origem dos investimentos, além da distribuição destes investimentos de acordo com o país de origem e o estado de destino no Brasil; para o total das empresas multinacionais englobando todos os setores produtivos analisados.

---

\* Ramos Industriais: Metais; Maquinário; Elétrico; Plástico; Transportes; Químico/Petroquímico, Farmacêutico, onde os investimentos multinacionais tem sido mais representativos dentro do setor manufatureiro.

# Quem é Quem utilizada as seguintes definições de termos: 1) Regime Jurídico: vinculação é dada pelo controle acionário: majoritária (+50% ações) ou integral (total); 2) Patrimônio Líquido. Capital social acumulado mais reservas mais (menos) lucros (prejuízos) acumulados; 3) Faturamento: receita operacional líquida (extraem-se os impostos), 4) Empregados: total de pessoas empregadas (às vezes, estimado por VISÃO); 5) Endividamento: revela qual o valor (%) de capital de terceiros tomado pela empresa.

Uma tentativa de obter informações junto a instituições nacionais, inclusive a FIESP, além de organismos estatais, foi infrutífera. Das 26 instituições contactadas apenas uma, o DNPM, respondeu remetendo o pesquisador para um de seus escritórios regionais. Este fato em muito prejudicou o trabalho no sentido de que informações importantes não puderam ser incorporadas à análise.

Análise: Após o término da II Guerra Mundial, com novas tecnologias desenvolvidas e com novos relacionamentos definidos no mapa mundial em função do realinhamento dos países, o mundo passou a experimentar um intenso processo de mundanças na sua interdependência, acompanhadas de uma nova divisão internacional do trabalho, sofreram grande incremento, contribuindo assim para o crescimento e desenvolvimento do comércio internacional de matérias primas e produtos industrializados.

Na América Latina, todavia, o processo de estrada de capitais estrangeiros já havia, historicamente, comecado bem antes, embora modestamente, se comparado aos padrões mais recentes. A independência ganha aos países europeus não significou o rompimento total dos laços coloniais. Na realidade, muitos dos investimentos anteriormente feitos permaneceram como tentáculos que perpetuavam o processo de dependência econômica e por extensão, também política. Assim, uma considerável quantidade de capital estrangeiro vindo da Europa continuou a existir. Capitais britânicos, concentrados predominantemente nos serviços públicos: ferrovias, portos, sistemas de esgoto, produção e distribuição de energia, etec., marcaram o relacionamento inicial dos investimetnos externos nos países latino-americanos.

Na América Latina, em termos de distribuição geográfica, foram o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Chile, os países mais aquinhoados. Dentre estes, o Brasil foi, sem duvida, o que mais investimentos absorveu. Com o passar do tempo, a significância dos investimentos britânicos foi diminuindo face a entrada de outros financiadores, como outros países europeu-ocidentais e os Estados Unidos. Este último viria, mais tarde, dominar a cena, e se tornar o vilão representativo da participação multinacional na economia dos países terciomundistas da América Latina. Os investimentos passaram a ser mais diversificados e orientados, agora, mais para o setor produtivo da economia e/ou financeiro (no Uruguai, em 1984, dos 22 grandes gancos existentes, 20 eram dominados por capital estrangeiro). A base dos países receptores dos investimentos tornou-se também mais diversifivada, embora países como Brasil e Argentina continuassem a ter a preferência de muitos negócios.

No Brasil, a exemplo do que possa ter acontecido em outros países, os investimentos multinacionais buscaram uma concentração não só de stores, mas também espacial, muito maior do que o padrão seguido pelas empresas nativas. A indústria nativa, nascida do esforço das lideranças locais, tem o caráter de ubiquidade, não encontrado no investimento externo, o qual vê possibilidades de otimização espacial da indústria, da produção de tecnologia, da geração de empregos, da renda e do desenvolvimento regional, são evidentes.

Os investimentos externos, como foi dito anteriormente, têm passado por mudanças na sua origem geográfica e, neste sentido, têm se comportado parcialmente de acordo com a maior ou menor importância assumida pelos países fornecedores dos investimentos no cenário econômico mundial. Assim é que a Inglaterra teve sua participação diminuída e Japão e Alemanha têm apresentado participação crescente nos investimentos externos no Brasil.

Em 1988, conforme dados extraídos de Quem é Quem, os Estados Unidos continuavam liderando a lista dos países investidores em número de empreendimentos, seguidos pela Alemanha, Japão, e Inglaterra. É significativa a participação dos países do Leste Europeu, resultado de mudanças de relacionamento político nas últimas décadas e indicativo da abertura de novos mercados.

No Brasil, como estão distribuídos estes investimentos, comparados aos nacionais – privados e públicos? Sem dúvida alguma, e isto já havia sido detectado por CUNNINGHAM (1981), o sudeste brasileiro é região que detém a maior participação nos investimentos, tanto multinacionais quanto nacionais, públicos ou privados. Embora o sudeste apresente valores percentuais indicativos de queda – 81,50% em 1975, 74,27% em 1980, 71,33% em 1985 e 71,28% em 1988, a região continua ainda com mais de 2/3 do total dos investimentos. São Paulo, dentro da região sudeste é o estado com a maior participação e, sozinho, detinha mais da metade de todos os investimentos multinacionais do país em 1988.

O Nordeste vem tendo um comportamento que demonstra um crescimento significativo na sua participação, e aqui é importante lembrar o papel dos programas especiais desenvolvidos pelo governo federal na região, incluindo incentivos através da SUDENE.

O Sul, indica um comportamento estacionário de 1975 a 1988, embora em 1980 e 1985 a sua participação tenha apresentado um incremento em relação a 1975 e a 1980, respectivamente.

As informações revelam ainda o aspecto da maior concentração dos empreendimentos multinacionais e da maior dispersão dos empreendimentos nacionais privados. Isto é evidenciado quando se percebe que a relação entre a participação da região Sudeste no total dos empreendimentos multinacionais (para os sete setores da análise) é muito mais estreita do que aquela relativa aos empreendimentos privados nacionais, por exemplo: dos 241 empreendimentos multinacionais em 1975, 223 estavam na região Sudeste, enquanto que do total de 147 empreendimentos privados nacionais, 96 estavam naquela área. Nos anos seguintes, embora oscilando, a situação nos dois casos continuava apresentando esta relação.

É natural que, além dessa concentração geográfica dos investimentos em si, este processo vai refletir também na geração de empregos.

As informações refletem estas suposições e indicam novamente o domínio do sudeste como área receptora da maioria dos empregos gerados pela localização concentrada dos investimentos. Enquanto 67,09% dos empregos gerados pelas empresas privadas nacionais, em 1988, estavam na região Sudeste, as empresas multinacionais tinham 84,76% dos empregos gerados, na mesma região.

Quanto aos setores, alguns são detentores de parcela considerável dos empregos gerados pelas multinacionais. Os setores de material elétrico e comunicações, material de transporte, borracha, química, farmacêutico e veterinária, perfumaria e fumo têm expressivas participações, com valores que vão de 41,5% para os produtos farmacêuticos e de veterinária até 83,7% para o fumo. Com exceção do setor fumageiro (que empregava apenas 21.170 pessoas, nos empreendimentos multinacionais), concentrado no Sul, os demais setores estão todos concentrados na região Sudeste.

A natureza concentradora dos investimentos multinacionais no país, com reflexos na geração de empregos, da renda regional, etc., tende a produzir mecanismo de impulso no desenvolvimento regional e urbano com algumas áreas metropolitanas, cidades isoladas ou regiões inteiras, tirando proveito de tais manifestações. Além da região “core” desses investimentos, outras áreas têm disputado a preferência dos investimentos estrangeiros, e com eles têm recebido os efeitos mais concretos, como investimentos em infra-estrutura, aumento da renda local, melhoria da qualificação da mão-de-obra, oferta de empregos, superavit comercial, etc.

No que toca a possíveis ligações entre a origem geográfica dos investimentos multinacionais no Brasil e as áreas de mercado externo, a análise mostra resultados que levam a concluir pela aparente vinculação entre as duas variáveis. Fica evidente que os Estados Unidos e a Europa continuam importantes parceiros comerciais do Brasil, todavia novas opções foram criadas e, hoje, uma importante parcela do comércio exterior brasileiro é feita com países fora do centro do sistema capitalista. Diante dessas informações é possível inferir que os investimentos externos têm de certa forma contribuído para, através do aumento da produção industrial brasileira e da diversidade de seus produtos, ampliar o número de parceiros comerciais bem como o volume e a natureza das trocas. As questões relativas aos cursos seguidos por estes capitais resultantes de todo esse processo ficam para futuras investigações, não necessariamente por este autor.

A análise leva a concluir que, caso persistam os padrões seguidos até então pelos investimentos multinacionais no país, os mesmos deverão continuar se localizando de forma concentrada no território nacional, pois os atrativos oferecidos pela região sudeste dificilmente serão superados por outras ofertas, a não ser que o governo federal, na sua política industrial e regional, estabeleça condições de atratividade em outras áreas carentes de investimentos capazes de superar os atributos da região “core”.

## **Bibliografia**

Baldwin, R.E. (1979). "Determinants of Trade and Foreign Investments: Further Evidence". Review of Economics and Statistics, 61:19,pg. 40-8.

Bandeira, M. (1973). Presença dos Estados Unidos no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

Cunningham, S. (1981). "Multinational Enterprises in Brazil: Locational Patterns and Implications for Regional Development". Professional Geographer, 33 (1), pp.48-62.

Evans, P. (1977). "Multinationals, State-owned Corporations and the Transformation of imperialism: a Brazilian Case Study". Economic Development and Cultural Change, 26. pp. 43-64.

Hamilton, F.E. Ian (1981). "Industrial Systems: A Dynamic Force Behind International Trade". The professional Geographer. Vol. 33(1), February. Washington, DC: pp.26-35.

MacConnell, James E. (1981). "Foreign Ownership and Trade of United States High Technology Manufacturing". Professional Geographer, 33(1), pp. 63-71.

Martins, L. (1975). Nação e Corporação Multinacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Moura, A. (1959). Capitais Estrangeiros no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense.

Newfarmer, R. e Mueller, W. (1975). Multinational Corporations in Brazil and México: Structural Sources of Economic and non-Economic Power. Relatório apresentado ao Subcomité das Multinacionais, Comité das Relações Exteriores, Senado Americano, Washington-DC.

Vieira, D.T., e Camargo, L.C. (1976). Multinacionais no Brasil: Diagnóstico e Prognóstico. São Paulo: Editora Saraiva.

VonDoellinger, C., e Cavalcanti, L.C. (1976). Empresas Multinacionais na Indústria Brasileira. Rio de Janeiro: IPEA.

White, G. (1946). Industry in Latin America. New York: Columbia University Press.

Zockun, Maria Helena. (1989). A Importância das Empresas Brasileiras de Capital Estrangeiro para o Desenvolvimento Nacional. São Paulo: FIESP/CIESP.